



PROGRAMA ENSINO DE QUALIDADE EM PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU (PEQPGB)

SUMÁRIO EXECUTIVO | RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

[ANO 3 | SETEMBRO 2014 – AGOSTO 2015]

NOVEMBRO 2015

FINANCIADORES E PARCEIROS



*“A história nos julgará pela diferença que fizemos na vida
de todos os dias das crianças.”*

Nelson Mandela

PERFIL DO PROGRAMA

Título do projeto	Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau
Promotor	FEC Fundação Fé e Cooperação (Sede) Coordenador do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento, Catarina Lopes catarina.lopes@fecongnd.org Gestor de Projetos, Mercedes Pinto mercedes.pinto@fecongnd.org Telefone: +351 218 861710 Fax: +351 218 861 70 www.fecongnd.org FEC Fundação Fé e Cooperação (Guiné-Bissau) Coordenador na Guiné-Bissau, Sofia Alves sofia.alves@fecongnd.org Gestor Programa, Telma Santos telma.santos@fecongnd.org Gestor de Avaliação e Impacto, Sandra Silva sandra.silva@fecongnd.org Avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, CP 1001 Instalações da Cáritas da Guiné-Bissau, Bissau, Guiné-Bissau Telemóvel: +245 684 0426
Financiadores e Parceiros	CICL Camões - Instituto da Cooperação e da Língua PLAN GUINÉ-BISSAU UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância FCG Fundação Calouste Gulbenkian ADPP Cáritas Guiné-Bissau CIEE Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino Câmara Municipal de Cascais CEI Conferenza Episcopale Italiana
Duração	De 1 de setembro de 2012 a 31 de agosto de 2016 Ano 1 1 de setembro de 2012 - 31 de agosto de 2013 Ano 2 1 de setembro de 2013 - 31 de agosto de 2014 Ano 3 1 de setembro de 2014 - 31 de agosto de 2015 Ano 4 1 de setembro de 2015 - 31 de agosto de 2016
Localização	País Guiné-Bissau Regiões Setor Autónomo de Bissau e Biombo, Bafatá, Cacheu e Gabú
Grupos-alvo 2012 – 2016 	3180 Formandos 1480 professores do ensino básico 600 agentes educativos de educação de infância 600 professores de Língua Portuguesa, Matemática e Biologia do ensino secundário 500 elementos pertencentes à gestão dos estabelecimentos de educação (diretores e subdiretores de escola e representantes de Associações de Pais e Encarregados de Educação, de Comités de Gestão Escolar e de outras estruturas comunitárias e/ou associativas existentes nas comunidades-alvo)
Objetivos	Objetivo geral Melhorar a qualidade e a equidade da educação na Guiné-Bissau

Objetivos específicos

OE1 | Melhorar a competência pedagógica dos professores do ensino básico (1º e 2º ciclo) através de formação em serviço nas áreas de Português Língua segunda, Ciências Integradas, Matemática, Educação para a Cidadania e Educação para a Saúde

OE2 | Melhorar a competência pedagógica dos professores do 3º CEB e do ensino secundário através de formação em Língua Portuguesa, Biologia, Matemática e Educação para a Cidadania

OE3 | Melhorar a competência pedagógica de agentes educativos de infância e expandir a oferta de agentes profissionalizados para educação de infância

OE4 | Melhorar a competência de gestão e administração escolar dos estabelecimentos de educação abrangidos

OE5 | Reforçar o acesso à educação de infância, reduzir o insucesso e o abandono escolar nos estabelecimentos de educação, tendo uma abordagem inclusiva, nas questões de género e necessidades educativas especiais, envolvendo comunidades, entidades governamentais e internacionais

I. SUMÁRIO EXECUTIVO



Fotografia 1 | Formação de agentes educativos de Educação de Infância em Gabú (julho 2015)

A abordagem da educação como direito deve ser vista numa forma mais abrangente, devendo, nesta linha, contemplar o direito à vida – não só a vida biológica, mas também uma vida com dignidade – à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, em suma à dignidade.

Odete Semedo – Ministra da Educação da Guiné-Bissau

1. Desafios contextuais na génese e implementação do Programa

Muitos dos desafios identificados entre atores do **Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau | PEQGB (2012/2016)**, a partir do seu desenho, em agosto de 2012, permanecem atuais à data deste relatório de execução do ano 3.

Assumir a “melhoria da qualidade e equidade da educação na Guiné-Bissau” como objetivo geral constitui *per se* uma exigência de atuação. No caso do PEQGB, esta exigência acentua-se no quadro dos pressupostos previstos em 2012. De setembro 2012 a agosto 2015, não foi possível garantir “paz e participação dos parceiros da base e instituições intermédias de gestão do sistema educativo e da sociedade civil” nos dois primeiros anos do Programa, influenciados por um Governo de Transição não reconhecido internacionalmente e fragilizando as instituições estatais na implementação de políticas. No terceiro ano (2014-2015), o Ministério da Educação (MEN) procurou de forma muito concreta e consistente recuperar os sucessivos atrasos letivos, intensificando o diálogo com parceiros nacionais e internacionais do setor da

educação. Estas ações concretas traduziram-se na definição conjunta entre MEN e parceiros da Guiné-Bissau no âmbito da educação no **Programa de Emergência na Educação** (PME 2013/2017), com enfoque estratégico na construção de infraestruturas educativas e na reforma curricular. O PME permitiu a revisão através de consultas de parceiros da **Carta Política do Setor Educativo** e do **Plano Estratégico do Setor Educativo** (2016/2020).

O Relatório da situação do Sistema Educativo (RESEN 2015) evidencia progressos, nomeadamente uma “evolução positiva das taxas brutas de escolarização para cada nível de ensino (RESEN 2015: 17). No entanto, ainda existe um longo caminho por percorrer quer no **acesso universal** ao ensino básico quer em termos de **eficácia interna** no ensino básico e secundário. O acesso é restringido: um quarto das crianças não acedem a escola;¹ 40% dos alunos com o 4º ano podem prosseguir estudos na mesma escola. A **esperança de vida escolar** guineense é de 8,1 anos para os 4 anos do 1º ciclo do ensino básico. Este longo percurso é apenas alcançado por 62% das crianças que concluem o ensino básico; 55% que acedem ao ensino secundário (7º ano); e apenas 22% concluem o 11º ano.²

A fotografia que encabeça este sumário executivo reforça um desafio para a Guiné-Bissau: a **importância da mulher no desenvolvimento**. No sistema educativo, **a presença feminina tende a diminuir conforme se progride nos ciclos de ensino**. As raparigas tendem a abandonar o ensino, registando-se uma diminuição da representatividade feminina da 1.ª à 12.ª classe, até ao ensino universitário. Com efeito, apenas 33% raparigas chegam ao 6º ano, ao invés dos 40% de rapazes. Estes dados refletem-se posteriormente a montante: na Escola Normal Superior de Tchico Té as formandas tem uma representatividade inferior a 10% do total de alunos; a globalidade dos cursos superiores tem a presença de cerca de um terço de mulheres.

A marca no feminino no **PEQPGB** tem sido incentivada seja em recrutamentos seletivos nos formadores FEC, seja na criação de produtos (filme *5 direitos, 5 crianças*;³ *Manual de educação para a saúde* e *Manual em gestão e administração escolar* com ilustrações femininas), seja ainda nos processos de formação, em que a presença feminina é de crescimento e positiva. Apesar dos esforços realizados os sinais são ténues, ainda que mais relevantes do que no início do Programa. Assim, registam-se como professores formandos no ensino básico 499 mulheres versus 1014 homens; no ensino secundário, a frequência diminui de forma ainda mais significativa com 74 mulheres e 563 homens. No quadro de formadores, pessoas com mais qualificações, foi possível recrutar apenas 17 mulheres e 156 homens. Em postos de direção, os números continuam a evidenciar essas disparidades: 16% mulheres. As regiões de Bafatá e Gabú acompanham as taxas baixas de escolarização feminina e refletem-se no público-alvo do PEQPGB, nomeadamente **na ausência de professoras no ensino secundário em Bafatá, e ausência de formadoras em Gabú**. A exceção destes indicadores está na educação de infância, em que as formandas são essencialmente mulheres (176 num universo de 243 formandos).

¹ RESEN 2009

² Todos os dados referenciados constam do RSEN 2015, exceção a nota 1

³ Para uma visionamento, ver *teaser*: <https://www.youtube.com/watch?v=3B74CfnOyrg>

2. Desafios da oferta de ensino para os profissionais de educação

Estimada em 1.520.830 habitantes, a população guineense cresce a um ritmo de 2,5%/ano, representando o grupo etário dos 7-17 anos mais de um quarto da população, destes 16% de crianças estavam em idade de aceder ao ensino básico.

Face a estes dados, é inevitável uma ação na expansão da oferta educativa, desafiada quer pelo aumento deste grupo etário, mas igualmente no alargamento da escolaridade obrigatória (até ao 9º ano) preconizado na **Lei de Bases do Sistema Educativo de 2011** (Lei nº 4/2011) .

As repercussões desta expansão impactam na criação ou recuperação de infraestruturas educativas e na qualificação e distribuição geográfica de professores nos diversos ciclos de ensino. A concentração da oferta de ensino superior em Bissau e, no caso, da formação de professores, também em Bolama, acentua as assimetrias e desigualdades na oferta (número de professores qualificados nas escolas fora destas regiões e em zonas rurais) de educação de qualidade para todos. O estudo realizado pelo Banco Mundial (2009), sobre **Política Docente na Guiné-Bissau**, reforça 5 aspetos relevantes que estão na origem do do **Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau** | **PEQPGB**: 1) qualificação académica baixa na educação pré-escolar e no ensino básico; 2) assimetrias regionais acentuadas na distribuição de professores sem qualificação; 3) ausência de formação pedagógica de professores de escolas comunitárias; 4) distribuição deficiente de professores por escola e dentro de cada região; 5) disparidades no rácio professores-alunos por região.

Estes 5 aspetos têm de ser inseridos num contexto macro que se prende a diversos factores. Por um lado, para dar resposta a expansão educacional, o MEN identificou necessidades de recrutamento anual para o ensino básico (520/ano), secundário geral (115/ano), e complementar (60/ano), cuja resposta os estabelecimentos superiores é insuficiente. Na educação de infância, não foram indetificadas metas, o que reforça a necessidade de diagnóstico de necessidades do país. No quadro do ensino básico, saiam uma média de 298 professores qualificados (BM 2009:85-86), muito aquém das metas ministeriais.

Outro aspeto relevante prende-se com o contributo das famílias para a educação dos seus filhos, que contribuem significativamente para o ensino secundário e pré-escolar (cerca de 62% a 65%). No ensino básico, a participação das famílias (34%) é reforçada significativamente pelo Estado. Face a este quadro, o RESEN e o Banco Mundial apontam estratégias faseadas de formação de professores, num contexto de emergência.

Neste contexto, o PEQPGB oferece uma proposta plurianual de **formação de professores em serviço (PEQPGB | Atividade 1 e 2)** (3 anos no ensino básico e secundário). Em 2014-2015, estiveram neste processo de formação **1513 professores do ensino básico e 608 professores do ensino secundário**. Com esta formação procura-se responder a qualificação académica baixa de 3 em cada 5 docentes ter apenas a 9ª classe ou menos, e 92,5% ter a 11ª classe no ensino secundário. O Programa responde igualmente a concentração geográfica de professores sem qualificação profissional: Gabú (81,1%), Bafatá (75%), Cacheu (69%). Deste modo, a intervenção integra professores de **Bafatá (501 básico e 46 secundário)**, **Gabú (163 básico e 43 secundário)**, **Cacheu (103 básico e 46 secundário)** em programas intensivos de formação em serviço. De salientar, que foram igualmente envolvidos professores no **Setor**

Autónomo de Bissau e em Biombo (572 do básico e 445 do secundário), zonas que têm mais escolas, mas ainda assim profissionais que não possuem formação superior para a docência.

No setor da **educação de infância (PEQPGB| Atividades 3, 8, 10)**, o PEQPGB assume uma relevância e pertinência no contexto da Guiné-Bissau. A contribuição das famílias é de 65% no pré-escolar, e a oferta de estabelecimentos está essencialmente centrado em iniciativas privadas, que envolvem 62% de crianças. O setor público agrega 17% de crianças (dados 2009/10 in RESEN 2015: 57). Na Lei de Bases do Sistema Educativo (2011), é referido que “cabe ao Minsitério responsável pela coordenação da política educativa fixas as normas aplicáveis à educação pré-escolar” (artigo 11º). Os ateliers realizados em 2011, bem como as orientações minsiteriais de 2012 constituem documentos relevantes, mas que evidenciam ainda que o percurso é exigente. O Programa atua em duas modalidades de formação: inicial no reforço em 2012-2014 a Licenciatura de Educação de Infância da Universidade Católica da Guiné-Bissau, em Bissau, e formação de agentes inseridos em jardins-de-infância ou com vista a inserir, nas várias regiões. É solicitado uma escolarização mínima de 9ª classe, respeitando os requisitos ministeriais. Até ao momento, o PEQPGB abarcou 243 agentes em educação de infância. O processo tem sido motivo de aprendizagem, já que a perceção do universo da criança ainda é globalmente frágil junto da sociedade guineense. Além deste investimento, o **PEQPGB** tem concretizado a criação de 5 jardins de infância adaptados ao país em comunidades rurais de Bafatá, Gabú e Cacheu; modelo piloto de educação inclusiva com enfoque nas necessidades educativas especiais e na criação de um kit de educação de infância com artesãos guineenses.

PUBLICO-ALVO



25%



75%

3.754 Agentes educativos em formação

182 Formadores

243 Agentes educativos de educação de infância

1.513 Professores do 1.º ciclo ensino básico

637 Professores do 3.º ciclo do ensino básico e secundário

569 Diretores/subdiretores

22 Inspetores

378 Membros da comunidade

210 Agentes educativos - Cursos de Aperfeiçoamento UAP

94 agentes educativos⁴ - Cursos de Língua Portuguesa

FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



36.158 Horas de formação em sala

1.741 Acompanhamentos⁵

8.359 Observações/simulações/ visitas⁶

⁴ Agentes educativos de educação de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico que frequentam as formações do PEQPGB (já contabilizados nos respetivos públicos-alvo) e que cumulativamente frequentaram no ano 2014/2015 o Curso de Língua Portuguesa.

⁵ Sessões individuais ou em pequenos grupos que têm como objetivo apoiar os formandos-formadores na preparação das acções de formação. Em educação de infância também se realizam acompanhamentos aos agentes educativos.

⁶ Todos os programas de formação prevêem momentos de supervisão pedagógica, isto é os formadores, professores e agentes educativos de educação de infância são observados na sua prática formativa. No ensino básico devido ao elevado número de professores e à dispersão geográfica das escolas optou-se pela realização de simulações. Em gestão e administração escolar, a supervisão passa por visitas à escola.

Outra nota relevante no quadro do PEQPGB prende-se com a dimensão de **gestão e administração escolar (PEQPGB | Atividades 6,7)**, tendo em conta as diversas tipologias de escola de atuação (57% público, 15% privadas, 15 % autogestão; 13% comunitárias), com diversos públicos formativos (569 diretores, 378 membros da comunidade de 307 escolas, 22 inspetores estatais), que visa o garante na implementação de diretrizes ministeriais, bem como de uma reflexão para reforço da escola nas comunidades. As alterações, neste terceiro ano, em termos das Direções Regionais de Educação e respetivos diretores de escola obrigaram a reajustar planificações e atividades.

3. Desafios para as políticas públicas de educação na Guiné-Bissau

Do estudo da Política Docente na Guiné-Bissau (BM 2009), identifica-se uma lista de medidas prioritárias para uma melhoria dos sistema: i) qualificar profissionalmente o número de professores necessário para a expansão educativa; ii) “assegurar, ao mesmo tempo, a adequada qualificação dos professores em exercício e a recrutar”; iii) “promover a equidade na distribuição de professores por escolas”; iv) “oferecer condições de exercício docente” para motivação destes profissionais.

É reforçado no quadro do pré-escolar a importância do funcionamento em rede com setor privado e eventual apoio financeiro público; no ensino básico uma aposta descentralizada e uma melhoria da eficiência das formações; no ensino secundário, uma adequação das formações as necessidades de professores em cada disciplina.

O **PEQPGB** tem incidido significativamente na alínea ii) **assegurar qualificação a professores em exercício**, com enfoque em regiões e zonas do interior. A conceção de um modelo de formação em cascata com recursos humanos guineenses visa o reforço de competências e acima de tudo uma transferência de conhecimentos, saberes e competências educativas. Embora seja um primeiro passo no processo de apropriação local e de sustentabilidade, a ausência de regulamentação para processos de formação em serviço (Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 4/2011, artigos 48.º e 49.º) limita um impacto estrutural na políticas nacional docente no país. Outro ponto que carece de uma reflexão aprofundada prende-se com a dimensão da língua portuguesa, promovido no PEQPGB (**PEQPGB | Atividades 2, 5, 11**) seja através dos Cursos de Língua Portuguesa cuja assessoria é facultada pela CICL – Divisão de Serviços de Língua e Cultura (DSL); seja no quadro da formação de professores do ensino básico (assessoria da Universidade do Minho), seja nos programas de rádio. Num país de uma enorme riqueza linguística, a questão da abordagem da língua oficial, mas com pouco espaço de apropriação linguística merece orientações por parte do MEN e da cooperação oficial portuguesa, potenciando a ação dos atores de educação no terreno.

O relatório deste terceiro ano do **Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau | PEQPGB** (2012/2016) analisa de forma mais exaustiva estes dados, dos quais se evidencia a adesão dos diversos formandos, em particular nas elevadas taxas de assiduidade. Este ponto constitui por si uma evidência para a relevância do PEQPGB no quadro da formação em serviço de profissionais de educação na Guiné-Bissau. Importa, no entanto, acautelar que esta elevada taxa nem sempre acompanha o desempenho dos públicos decorrentes do

contexto de instabilidade política e social, mas igualmente da necessidade de se conferir uma carga horária mais elevada para suprir dificuldades enraizadas nos formandos. Antecipando balanços finais, é difícil preconizar neste terceiro ano o cumprimento integral das metas desenhadas em 2012. Porém é possível à data deste relatório assumir que os resultados alcançados até ao momento auguram, na ausência de mais alterações sociais e políticas significativas, a possibilidade de concretização de uma parte significativa das mesmas.

As abordagens preconizadas em todo o Programa visam, retomando as palavras da Ministra da Educação, um enfoque na educação como direito e com dignidade, princípios que pautam o ideário da FEC e partilhados pelos seus parceiros e financiadores.